

TJMG

I N F O R M A T I V O

Registro civil garante direitos do cidadão

A certidão de nascimento com o nome do pai é um passo importante para o exercício da cidadania e para a inclusão familiar do indivíduo. Desde agosto de 2011, o Centro de Reconhecimento de Paternidade do TJMG atua para garantir a emissão do documento com o nome do pai e da mãe. Já foram realizadas 10 mil audiências e atendidos 4 mil casos de investigação de paternidade.

Páginas 4 e 5



TJ facilita o reconhecimento de paternidade

O registro traz o nome da mãe, mas não há nenhuma referência ao pai. Somente quem vivencia essa situação sabe com clareza as implicações de uma certidão de nascimento apenas com o nome materno. Se o registro civil inaugura a vida em sociedade, a sua emissão de forma incompleta pode, sim, significar um entrave ao pleno exercício da cidadania. A falta de paternidade registrada tem também implicações emocionais e familiares, muitas vezes privando o indivíduo de uma convivência que poderia contribuir para a sua formação.

Por todos esses fatores, as iniciativas para viabilizar o reconhecimento de paternidade são tão bem-vindas em um país que tem, anualmente, mais de 700 mil crianças registradas sem o nome paterno. Dados do Censo Escolar 2009, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam números ainda mais alarmantes: 5 milhões de alunos matriculados na

rede escolar brasileira não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Destes, 3,8 milhões têm menos de 18 anos.

Em fevereiro deste ano, a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deu mais um passo para modificar essa realidade. O Provimento 16, assinado pela corregedora nacional, ministra Eliana Calmon, definiu regras e procedimentos para tornar o reconhecimento de paternidade um procedimento mais simples e acessível.

Segundo o documento, as mães cujos filhos não possuem o nome do pai na certidão de nascimento poderão recorrer a qualquer um dos 7.324 cartórios de registro civil do país para dar entrada no pedido de reconhecimento. O mesmo pode ser feito pelo pai que deseja fazer o registro espontaneamente.

Anteriormente, em agosto de 2010, a Corregedoria Nacional já havia lançado o projeto Pai Presente, com di-

retrizes de ação para juízes e tribunais. A iniciativa resultou na realização de campanhas e mutirões, em todo o país, para reduzir o número de registros sem a paternidade. A meta do programa é não só que os pais sejam identificados, mas também que, a partir desse reconhecimento, possam assumir suas responsabilidades, contribuindo para o adequado desenvolvimento psicológico e social de seus filhos.

O Judiciário mineiro, com o lançamento do Centro de Reconhecimento de Paternidade, tema da reportagem de capa desta edição, consolida sua atuação nessa área. Antes da inauguração do centro, o Estado já se destacava por seus trabalhos em prol do reconhecimento de paternidade. Ainda em abril de 2009, o TJMG lançou o seu projeto Pai Presente, que conferiu maior celeridade à realização dos exames de DNA em ações de investigação de paternidade para o público carente.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Juizados Especiais têm novos cargos

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, instalou, em 28 de fevereiro, 14 novos cargos de juiz de Direito dos Juizados Especiais do Estado. Na audiência solene, realizada no Gabinete da Presidência do TJ, estavam presentes o corregedor-geral de Justiça, desembargador Alvim Soares; o presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, desembargador José Fernandes Filho; o coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, juiz Vicente de Oliveira Silva; e o juiz diretor do Foro da capital, Renato César Jardim. Foram instalados sete cargos de juiz de Direito do sistema dos Juizados Especiais em Belo Horizonte, dois em Betim, dois em Uberlândia e um cargo em cada uma das comarcas de Contagem, Juiz de Fora e Uberaba.



Marcelo Albert

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Assessora de Comunicação

Institucional: Valéria Valle Vianna;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Coordenadora de Imprensa: Leticia Lima;

Editoras: Francis Rose; Patrícia Melillo;

Revisora: Patrícia Limongi; **Design**

Gráfico: Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão: Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

Polícia Civil passa a integrar o Cesi

Wilson Menezes

“Agora está fechado o círculo virtuoso.” Assim se manifestou o presidente da comissão de segurança do Centro de Segurança Institucional (Cesi) do TJMG, desembargador Audebert Delage, quando da formalização do termo de cooperação entre o Tribunal e a Polícia Civil, realizada no último dia 27 fevereiro. Já existia um acordo anterior do TJ com a Polícia Militar.

“A partir de agora, as investigações iniciadas poderão seguir seu rumo. Um delegado, indicado especificamente para trabalhar no Tribunal, e policiais civis darão andamento à ocorrência até chegar-se a uma conclu-

são. Trata-se de um enorme passo para levamos tranquilidade e segurança a magistrados e servidores”, explicou o desembargador.

O termo de cooperação prevê o enfrentamento de ações criminosas que comprometam a segurança institucional do TJMG

O delegado Carlos Antônio dos Santos, designado pela Polícia Civil para atuar nas dependências do Judiciário, já foi apresentado ao presidente do Tribunal, desembargador Cláudio Costa. Na oportunidade, o magistrado destacou a importância da incorporação da experiência dos profissionais da Polícia Civil à rotina dos trabalhos já desenvolvidos pelo Cesi. Para o presidente do TJMG, tanto magistrados quan-

to servidores passarão a ter um apoio fundamental quando se depararem com eventos causados por criminosos.

O termo de cooperação prevê o intercâmbio de informações e atividades coordenadas entre as duas instituições para o enfrentamento de ações criminosas que comprometam a segurança institucional do TJMG. O termo, porém, não resulta em acréscimo ou criação de despesa, tampouco em ônus com remuneração. Também não se estabelecerá vínculo de qualquer espécie, de natureza jurídica, trabalhista ou funcional, entre o pessoal que for utilizado para a realização dos trabalhos, para o apoio técnico e para o desenvolvimento das atividades.

Palestra

No dia em que a Polícia Civil iniciou suas atividades no TJMG, o desembargador Audebet Delage proferiu uma palestra para os integrantes do Cesi, entre eles o delegado. Foi abordada a Lei Complementar 85/2005, que cria o Centro de Segurança Institucional para a implementação de ações estratégicas

de segurança dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário. Integra o Cesi a comissão de segurança, designada pelo presidente do Tribunal e formada por dois desembargadores, três juizes de Direito (indicados pelo corregedor-geral de Justiça) e por um juiz indicado pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

O desembargador ressaltou que as atividades do Cesi estão respaldadas pela Resolução 104, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina aos tribunais a criação de comissões de segurança permanentes, compostas por magistrados de primeiro e segundo graus, além de representante de entidade de classe. O objetivo é elaborar o plano de proteção e assistência aos juizes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial formulados por magistrados. “Assim, com a criação de nosso Cesi, já havíamos antecipado a orientação do CNJ”, lembrou Delage.



Marcelo Albert

■ A comissão de segurança do Centro Institucional, formada por dois desembargadores e quatro juizes, lida com a proteção e assistência aos magistrados em situação de risco

TJ auxilia filhos na busca pelo pai



Fotos: Renata Caldera

Magistrados e autoridades, como a ministra Eliana Calmon, estiveram presentes à solenidade de inauguração do Centro de Reconhecimento de Paternidade do TJMG, em agosto de 2011

Daniele Hostalácio

De um lado, uma mãe com uma criança no colo. De outro, o suposto pai do menor. Ansiedade, olhares constrangidos e muita expectativa enquanto aguardam nos corredores do Centro de Reconhecimento de Paternidade do TJMG. De repente, são chamados para a audiência na qual irão receber a notícia que pode mudar o destino de cada um deles. Na sala, uma conciliadora lê o resultado de um exame de DNA. Dá então a notícia ao novo pai: aquela criança, que ele nunca pegou no colo e que dorme inocentemente nos braços da mãe, é, de fato, filha dele. Com mãos trêmulas, o rapaz assina o termo de reconhecimento de paternidade e ali mesmo são iniciados os trâmites para que seja expedida uma nova certidão de nascimento para o pequeno cidadão. Agora, sim, constará no documento o nome do pai.

A cena reproduz uma audiência típica no centro, criado pelo TJMG em agosto do ano passado, na capital mineira, com o objetivo de reunir num mesmo local todos os envolvidos no processo de averiguação de paternidade. “As reações são variadas, mas as circunstâncias são quase sempre emocionantes”, conta o juiz da Vara de Registros Públicos, Fernando Humberto dos Santos, que conduz o centro. “Não faz muito tempo, uma mulher de 56 anos pôde finalmente ter o nome do pai em sua certidão, depois que um exame de DNA mostrou que um senhor de 78 anos era o pai dela”, lembra.

Para muitos, pode parecer pouco, mas a certidão de nascimento está longe de ser um simples papel. O registro civil é um dos documentos de maior valor na vida de uma criança. Ele não só inaugura o nascimento

do menor para a vida civil, como também remete às suas origens familiares. Por isso, para os meninos e meninas que crescem trazendo em suas certidões a omissão do nome do pai, essa ausência deixa marcas e é fonte de vergonha, sensação de abandono e até discriminação. “Isso fica para a pessoa como um estigma fortíssimo”, pontua o magistrado.

Inclusão

É esse lapso que o centro tem contribuído para sanar. Na avaliação do juiz Fernando Humberto, é uma maneira de a Justiça contribuir para garantir os direitos das crianças. Isso porque o registro civil com o nome do pai é um passo importante para a inclusão familiar do indivíduo, ao identificar suas origens genéticas. Outros direitos do menor também têm maior chance de serem garantidos a partir dessa iniciativa, como a criação de um vínculo com o pai e os familiares paternos. “A partir do reconhecimento da paternidade, é possível, também, a mãe ingressar com o pedido de pagamento de pensão alimentícia na Justiça”, explica.

A criação do centro atende ao Provimento 12/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e integra uma ini-

ciativa mais ampla, o programa nacional Pai Presente. No momento, a maioria dos casos que hoje chegam ao centro referem-se a crianças recém-nascidas. Por determinação da Lei 8.560/92, a mãe, ao registrar o menor, deve declarar o nome do provável pai. A partir disso, os cartórios encaminham para a Vara de Reg-

istros Públicos os nomes e endereços dessas mães, que então recebem do centro uma intimação para que compareçam ao local e seja dado início ao processo que pode culminar na inclusão do nome do pai na certidão. O suposto genitor é intimado e, caso reconheça o filho perante o juiz, a nova certidão pode ser emitida. Do contrário, é realizado gratuitamente o exame de DNA, por meio de uma parceria entre o TJMG e a Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Além do exame de DNA gratuito, que fica pronto em 30 dias, o centro também providencia a emissão das novas certidões de nascimento, por meio de um sistema de informática integrado a todos os cartórios de registro civil da capital e do interior. “Cerca de 80% dos casos são solucio-

O registro civil é um dos documentos de maior valor na vida de uma criança. Ele não só inaugura o nascimento do menor para a vida civil, como também remete às suas origens familiares



O centro realiza 500 reconhecimentos de paternidade por mês e quer ampliar o atendimento

O juiz Fernando dos Santos diz que as circunstâncias são quase sempre emocionantes



As mães são intimadas a comparecer ao Centro de Reconhecimento de Paternidade, onde é dado início ao processo que pode resultar na inclusão do nome do pai na certidão de nascimento

nados com sucesso, ou seja, com a identificação do pai da criança”, conta a conciliadora Cristiane Teixeira Palhares, que atua no centro. Os outros 20% incluem casos em que a mãe, por variados motivos, se recusa a indicar o nome do possível genitor. “Há também os casos em que a paternidade não é confirmada. São situações difíceis, que geram frustrações para a mãe e para a criança”, conta a conciliadora.

Investigação

Quando o pretense pai se nega a comparecer ao centro ou se recusa a fazer o exame de DNA, as mães são encaminhadas ao Ministério Público ou à Defensoria Pública para que promovam a ação de investigação de paternidade. “Hoje, realizamos cerca de 500 reconhecimentos de paternidade por mês. Mas a nossa meta é, em dois anos, ampliar esse número para 2 mil”, conta o magistrado. Desde que foi criado, o centro já atendeu a cerca de

4 mil casos de investigação de paternidade e realizou quase 10 mil audiências. “Mas é fundamental ampliar nosso trabalho. Somente na capital mineira, existem aproximadamente 44 mil crianças frequentando a escola pública sem o nome do pai em suas certidões, segundo o Censo Escolar 2009”, observa.

Para aqueles que passam pelo centro e tempos depois saem de lá com uma nova certidão de nascimento, muitas vezes aquele papel é a materialização de um sonho que consolida a cidadania e aponta para uma nova história de vida, na qual o até então improvável vínculo com o pai pode se concretizar. Na avaliação de Beatriz de Lourdes Souza, assessora do Ministério Público que atua nos processos que passam pelo centro, trata-se de uma iniciativa de grande alcance social. “É muito comum que as próprias mães que vêm aqui representar seus filhos também não tragam o nome dos pais na certidão delas. São pessoas que estão à margem da cidadania, e o centro quer incluí-las”, destaca.

O Centro de Reconhecimento de Paternidade funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, na avenida Olegário Maciel, 600, Centro, em Belo Horizonte.

Conheça os números

* Desde agosto de 2011, o Centro de Reconhecimento de Paternidade do TJMG realizou cerca de 10 mil audiências.

* Atualmente, o centro atende a cerca de 500 casos por mês – a meta é ampliar esse número para 2 mil, em dois anos.

* Cerca de 44 mil alunos de escolas públicas da capital mineira não possuem o nome do pai em seus registros de nascimento, segundo dados do Censo Escolar 2009.

* Por ano, mais de 700 mil crianças brasileiras não têm o pai declarado em seus registros.



O novo serviço foi inaugurado pelo desembargador Alvim Soares, pelo presidente da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves, e pelo diretor do Foro de Belo Horizonte, juiz Renato César Jardim

Central agiliza a devolução de processos na capital

Raul Machado

Às quatro da tarde, dois carrinhos de supermercado lotados de processos, conduzidos por um grupo de funcionários, deixam a sala AL-40 do Fórum Lafayette, tendo como destino o terceiro e o quarto andares do prédio. A atividade se repete, no mínimo, duas vezes ao dia e tem como objetivo entregar às varas cíveis os processos devolvidos por advogados e estagiários na Central de Devolução de Autos do fórum (Ceaut).

O novo serviço foi inaugurado no dia 28 de fevereiro pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Alvim Soares, pelo juiz diretor do Foro de Belo Horizonte, Renato César Jardim, e pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/seção Minas Gerais, Luís Cláudio Chaves. A Ceaut permite que advogados e estagiários entreguem autos de processos que tramitam nas 35 varas cíveis de Belo Horizonte em um único local, no andar térreo do Fórum Lafayette. A comarca de Uberlândia, desde agosto de 2011, já possui sua Central de Devolução de Autos.

Advogados e estagiários avaliaram positivamente essa opção. “É rápido e seguro, pois a ‘baixa’ é dada na hora”, ressalta a advogada Valéria Vilarino. “Em alguns casos, chegávamos a ficar uma hora na secretaria para devolver um processo; aqui é muito melhor, ‘supertranquilo’”, conta o estagiário Rodrigo Lima, após entregar

rapidamente uma pilha de processos na Ceaut. A OAB/MG também demonstrou satisfação com a inauguração do serviço.

À frente da Ceaut, o coordenador Wladimir Santos confirma que a iniciativa foi bem recebida pelos advogados e conta que a pergunta que mais escuta é sobre a ampliação dos serviços para outras varas da capital. Segundo o coordenador, a insatisfação só acontece quando a carga não é registrada de forma correta na retirada dos autos das secretarias, o que impede o recebimento do processo pela central.

Elogios

A escritã Jeanne Figueiredo, da 25ª Vara Cível de Belo Horizonte, disse ainda não ter sentido o impacto do funcionamento da central em sua secretaria. Ela acredita que, com poucos dias de funcionamento, nem todos os usuários sabem da existência da Ceaut. Mas Jeanne ouve muitos elogios ao novo serviço quando atende a advogados no balcão. “Se eles estão gostando, é sinal de que está funcionando”, avalia a escritã.

“A central era um anseio de toda a comunidade forense, em especial da classe dos advogados”, afirmou o juiz Renato César Jardim. O magistrado explicou que

A Ceaut vai entregar os autos às secretarias no mesmo dia, se os processos forem recebidos até as 16h

a retirada de tarefas das secretarias é uma das estratégias que a Corregedoria tem adotado para melhorar a qualidade dos serviços.

Para o corregedor Alvim Soares, a Ceaut vai facilitar o trabalho dos advogados, pois traz rapidez e economia de tempo. O corregedor ressaltou ainda, durante a inauguração do setor, o empenho de todos que atuam no Judiciário para tornar a Justiça mais rápida, atendendo aos anseios de um país democrático como o Brasil.

A Ceaut vai entregar os autos às secretarias no mesmo dia, se os processos forem recebidos até as 16h. Após esse horário, os autos serão devolvidos à secretaria no dia seguinte. O serviço funciona das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Segundo o juiz Renato César Jardim, a direção do Foro pretende estender a devolução de autos através da Ceaut para outras varas, além das 35 cíveis.

Procurador toma posse na AMMP

O desembargador Cláudio Costa compôs a mesa de honra na solenidade de posse do procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira na presidência da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em substituição a Rômulo Ferraz. Estavam presentes também no evento, realizado em 27 de fevereiro, o governador Antonio Anastasia e o vice Alberto Pinto Coelho; o deputado Tiago Ulisses, representando o presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro; o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Alceu José Torres Marques; o presidente do Tribunal de Contas, Antônio Carlos de Andrada; e o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, entre outras autoridades.



Spezial



Marcelo Albert

OAB homenageia presidente do Tribunal

O presidente do TJMG recebeu, em 8 de março, homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), durante as comemorações dos 80 anos da instituição. O desembargador Cláudio Costa foi agraciado com a comenda Professor Raymundo Cândido. A solenidade, que homenageou também o 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herculano Rodrigues; o ex-presidente do TJMG desembargador Sérgio Resende e o ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, além de outras autoridades ligadas ao mundo jurídico, foi realizada no grande teatro do Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

Magistrados participam de posse no TJMMG

A 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Márcia Milanez, representando o presidente Cláudio Costa, participou, em 8 de março, da sessão solene de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG). Na solenidade, em que estavam presentes diversos magistrados, tomaram posse o juiz coronel Osmar Duarte Marcelino, como presidente; o juiz Fernando José Armando Ribeiro, como vice-presidente; e o juiz coronel James Ferreira Santos, como corregedor da Justiça Militar. Esteve à frente da cerimônia de posse, realizada na Associação Médica de Minas Gerais, o juiz Jadir Silva, então presidente do TJMMG. Na foto, à direita da desembargadora Márcia Milanez, está o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Brandão Teixeira.



Marcelo Albert

Artista retrata ícones sacros

Francis Rose

A manifestação da religiosidade e a sua capacidade de inspirar uma consciência mais dispersa e leve norteiam a exposição *Sagrados*, da artista Viváine Rebouças. A mostra estará aberta ao público de 11 de abril a 11 de maio, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Em sua obra, Viváine apresenta ícones religiosos, porém sob uma visão descomprometida com o sagrado. “Não apresento o sagrado em oposição ao profano ou à vida comum, mas, simplesmente, como uma de suas expressões”, diz. Nove obras, produzidas com o uso de tinta acrílica sobre tela, trazem o Sagrado Coração de Jesus, Arcanjos, Nossa Senhora com o Menino Jesus, Cupidos e a Pietà.

Na visão da artista, os temas religiosos retratados na exposição expressam a carência do ser humano. Ao mesmo tempo, as pinturas em estilo figurativo apresentam a força das figuras humanas e a busca pela simplicidade sacra. “Sempre cabe um olhar para as coisas mais simples e realmente valiosas”, salienta ela. Na exposição, estarão painéis – nenhuma obra tem moldura – com tamanhos que variam de 50 cm X 50 cm a 160 cm X 90 cm. Uma das influências no trabalho da artista é a serigrafia, técnica na qual se especializou pela Escola Guignard, onde também cursou artes plásticas.

A arte é uma linguagem que possibilita a materialização da expressão do sentimento e das vivências

Para Viváine, a arte é uma linguagem que possibilita a materialização da expressão do sentimento e das vivências. Ao criar uma tela, ela concretiza o desejo de transportar para a obra um momento que vai gerar algum tipo de sentimento no observador.

Talento

A artista explica que, apesar da temática religiosa na exposição do Fórum Lafayette, suas obras têm inspirações diversas. “A própria arte me estimula. O cinema, a música e as artes plásticas influenciam minhas produções, bem como lembranças marcantes de minha vida e do meu círculo familiar.

No fim das contas, acho que tudo o que vivenciamos fica refletido no nosso trabalho”, afirma.

Viváine descobriu o talento para a área artística ainda no ensino médio, onde seus desenhos e reproduções de personagens em quadrinhos chamaram a atenção do professor de artes. “Foi então que ele me aconselhou a procurar um curso de belas artes. Ingressei na Escola Guignard em 1992”, lembra.

Ao longo de sua carreira, Viváine participou de diversas exposições coletivas e individuais. No início des-

te ano, a artista realizou a mostra *Cobri-nos*, no anexo Professor Francisco Iglésias da biblioteca pública Luiz de Bessa, na capital. Em 2011, uma das exposições em que seus trabalhos estiveram foi em Contagem, na mostra coletiva feita em comemoração pelo centenário do município.

A exposição *Sagrados* pode ser visitada na galeria de arte do Fórum Lafayette, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na avenida Augusto de Lima, 1.549, no Barro Preto, em Belo Horizonte.



Uma das influências no trabalho de Viváine Rebouças é a serigrafia, técnica na qual se especializou